

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, por deliberação da Assembleia de Credores, foi aprovado Plano de Insolvência.

21-12-2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Sara Oliveira da Costa*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Matos*.

304109181

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 10767/2011

Processo: 396/07.3TBLRA-I — Prestação de Contas (Liquidatário)

Insolvente: Serprint — Indústria de Decalcomanias, L.ª

Pedro Raposo de Figueiredo, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida Serprint — Indústria de Decalcomanias, L.ª, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

N/Referência: 4293333

3 de Novembro de 2008. — O Juiz de Direito, *Pedro Raposo de Figueiredo*. — O Oficial de Justiça, *Clarisse Maria Esperança Rolo*.
300937384

Anúncio n.º 10768/2011

Processo: 1733/10.9TBLRA-B Prestação de contas administrador (CIRE)

N/Referência: 6285800

Administrador Insolvência: Américo Vieira Fernandes Grego
Insolvente: Domingos Carlos Rodrigues Monteiro

A Dr(a) Mafalda Cortez, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Domingos Carlos Rodrigues Monteiro, estado civil: Divorciado (regime: Divorciado), nascido(a) em 26-09-1959, concelho de Santo Tirso, NIF — 147846897, Endereço: Rua das Vinhas, Lote 1, 2.º A, Paria do Pedrógão, 2425-458 Coimbra — Leiria, notificados para no prazo de 10 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

08-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Mafalda Cortez*. — O Oficial de Justiça, *Clarisse Maria Esperança Rolo*.

304896308

TRIBUNAL DA COMARCA DA GRANDE LISBOA — NOROESTE

Juízo de Comércio de Sintra

Anúncio n.º 10769/2011

Processo: 16519/10.2T2SNT Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 12879932

Insolvente: Joaquim Alexandre Santos Dias
Credor: Banco BNP Paribas Personal Finance, S. A. e outro(s).

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Joaquim Alexandre Santos Dias, estado civil: Divorciado, nascido(a) em 16-05-1947, freguesia de Pampilhosa [Mealhada], NIF — 100806031, BI — 2405100, Endereço: Penedos Gordos, 9 — R/C Esq., Rio de Mouro, 2635-476 Rio de Mouro

Carlos Alberto Delgado, Endereço: Travessa da Conceição À Lapa, 18-1.º Esq., 1200-634 Lisboa

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente, nos termos dos artigos 230.º, n.º 1, alínea d) e 232.º n.º 2 do CIRE.

Efeitos do encerramento:

Fica o Sr. Administrador da Insolvência advertido nos termos do disposto no artigo 4 do artigo 232.º, do CIRE;

Nos termos do disposto no artigo 232.º, n.º 5, do CIRE, o incidente de qualificação da insolvência prossegue os seus termos como incidente limitado, caso ainda não se mostre decidido;

Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, pelo que o/a/s devedor/a/es recupera/m o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do CIRE — artigo 233.º n.º 1, al. a), do CIRE;

Cessam as atribuições do Sr. Administrador da Insolvência e caso exista, da comissão de credores, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — artigo 233.º n.º 1, alínea b) do CIRE;

Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o/a/s devedor/a/es, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º, n.º 1, al. c), do CIRE;

Os credores da massa insolvente podem reclamar do/a/s devedor/a/es os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º n.º 1, al. d), do CIRE.

A liquidação da devedora prosseguirá nos termos do regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação das entidades comerciais — artigo 234.º, n.º 4, do CIRE.

07-07-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Rute Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Idalina Vieira*.

304888379

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 10770/2011

Processo: 260/11.1TYLSB

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

N/Referência: 1934115
Data: 12-07-2011

Requerente: Aromas Internacionais- Comercialização de Perfumaria, Moda e Similares, L.ª

Insolvente: Ultrapreço- Sociedade de Importação e Exportação, L.ª

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber: Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados.

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 07-07-2011, pelas 12.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Ultrapreço- Sociedade de Importação e Exportação, L.ª “; NIF 503104035 e com sede em Praceta de Beja, Lote 27, Loja, Alcáçade, Cascais.

É administrador do devedor: Joaquim de Jesus Gomes, com endereço em Rua Monte Leite, n.º 468, 1.º Dtº, 2765 S. João do Estoril.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr. Valadares Salgado, com endereço em Rua da Vinha, n.º 70, Alcoitão, 2465-161 Alcáçade.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 15 de Setembro de 2011, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (arts. 40.º e 42.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

12-07-2011. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

304906643

Anúncio n.º 10771/2011

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 818/10.6TYLSB

Requerente: Aesthetical Concept, L.^{da}
Insolvente: Maria Henriques e Franco, L.^{da}

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Maria Henriques e Franco, L.^{da}, NIF — 508548241, Endereço: Rua Dr. Ferreira Soares, N.º 31-A, Santo André, 2830-118 Barreiro;

Administradora da insolvência: Anabela de Jesus Ruivo Pereira da Costa, Endereço: Vivenda Costa — Rua da Piscina, Fonte do Feto, Santo António da Charneca, 2835-557 Barreiro.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência da massa insolvente.

Efeitos do encerramento:

O incidente de qualificação da insolvência passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado;

Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do CIRE;

Cessam as atribuições do Sr. Administrador de Insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência;

Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra a devedora, no caso, sem qualquer restrição;

Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos;

A liquidação da devedora prosseguirá, nos termos gerais.

19 de Julho de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Sá e Silva*.

304933698

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 10772/2011

Processo: 64/11.1TYLSB

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Insolvente: Executive Business — Agência de Publicidade L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 18-05-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

Executive Business — Agência de Publicidade L.^{da}, NIF — 506664694, Endereço: Rua Liebig, N.º 13, Quimiparque, 2830-141 Barreiro com sede na morada indicada.

É administrador do devedor:

Pedro Miguel de Oliveira Duarte, NIF — 206331967, BI — 10103905, Endereço: Rua do Sirb Os Penicheiros, N.º 1-7.ºdtº, 2835-319 Lavradio a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr(a). Miguel Gomes, Endereço: R. Joaquim Agostinho, 28 — 3.º B, 2825-433 Santo António da Caparica.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 08-08-2011, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE), sendo obrigatória a constituição de mandatário.

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação

Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

31-05-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Eleonora Viegas*. — O Oficial de Justiça, *Elisa Maria Fernandes*.

304747681

Anúncio n.º 10773/2011

Processo: 729/11.8TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: WB — Internet e Novas Tecnologias, L.^{da}

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 20-06-2011, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

WB — Internet e Novas Tecnologias, L.^{da}, NIF — 507507851, Endereço: Impasse À Rua General Taborda, N.º 11-A, 1070-138 Lisboa com sede na morada indicada.

É administrador do devedor:

Orlando Quinta de Melo Ferreira, Endereço: Rua Mário Moreira, Lote 21, 6.º C, 2675 Odivelas a quem é fixado domicílio na morada indicada.